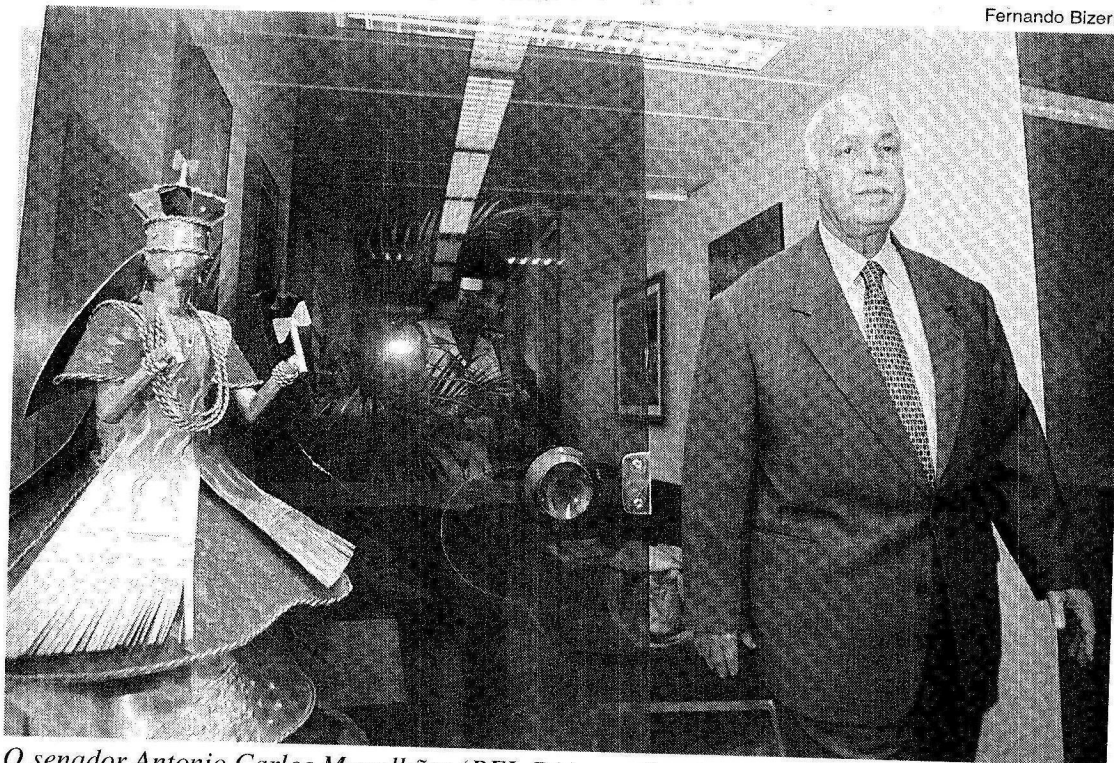


Pefelistas pressionam relator

MONICA WEINBERG E
GUSTAVO KRIEGER

Fernando Bizerra



O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em direção ao seu gabinete, em Brasília

BRASÍLIA – O PFL, partido de Antonio Carlos Magalhães pressiona o senador Saturnino Braga (PSB-RJ), relator do processo da violação do painel eletrônico, a atenuar a pena sobre o parlamentar baiano. Ao contrário do que aconteceu com o outro envolvido, o senador José Roberto Arruda, abandonado pelo seu partido, o PSDB, ACM vem recebendo manifestações de afeto partidário. Elas vão desde um apelo emocionado da bancada de deputados baiana até estocadas de artilharia mais pesada.

Uma dessas manifestações partiu do ex-prefeito carioca Luiz Paulo Conde, pefelista como ACM, que marcou um discreto encontro com Saturnino, no Rio. Conde contou a amigos que o objetivo era pedir a Saturnino que desse uma “aliviada” na pena de ACM. Os mesmos amigos dizem que Saturnino, que até fez campanha para Conde na última disputa pela prefeitura, não se comoveu com o encontro de uma hora e meia em seu escritório, no Rio.

Na mesma linha de atenuar a pena de ACM, influentes membros do PFL vêm procurando Saturnino, desde a semana passada, para convencê-lo a não usar no relatório a palavra “cassação”. Em contrapar-

tida, os pefelistas dariam, no Conselho de Ética, voto favorável à abertura de um processo. Nesse caso, sem a cassação explicitamente mencionada, haveria para ACM e Arruda a possibilidade de um final menos doloroso: a suspensão.

O corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), defende abertamente a tese: “Por enquanto, o Conselho de Ética está apenas fazendo o inquérito da viola-

ção do painel. O julgamento virá na próxima etapa”. Tuma compara: “Dar a sentença neste momento seria como um delegado concluir o inquérito dizendo que o suspeito é culpado de homicídio e deve pegar 30 anos de cadeia”.

Diante da proposta dos pefelistas, Saturnino confidenciou a um interlocutor que não cederá às pressões: “Não há possibilidade disso acontecer”, declarou. O

PFL, no entanto, ameaça ir à Justiça caso a palavra “cassação” entre no relatório. Os advogados de ACM preparam um recurso ao Supremo Tribunal Federal.

Vão pedir que o processo seja paralisado se o conselho começar a discutir a pena antes de o senador esgotar sua defesa. A argumentação é de que se trata, ainda, de uma investigação, e não de um processo de cassação.